

Usos e sentidos de “etnização”

O olhar majoritário sobre as relações sociais étnicas

Hélène BERTHELEU

O que significa exatamente “etnização das relações sociais?” este neologismo florescente, forjado há alguns anos na França? O sucesso desta expressão na França iguala-se apenas a sua ausência em contextos anglo-saxões, onde ela não tem tradução, assim como em espaços francófonos como o Québec. Este é um fenômeno surpreendente se levado em conta o intercâmbio cada vez maior entre a Europa e a América do Norte, sobretudo acerca das migrações, da imigração e de relações inter-étnicas, mas também na questão de políticas públicas da gestão da diversidade cultural ou na luta contra as discriminações. Nós nos propomos a esclarecer aqui este uso localizado, seu sentido “social,” seu interesse científico e suas implicações teóricas e ideológicas. Aparecida recentemente, pois dela não se encontra nenhuma ocorrência antes de 1995, esta noção de etnicização parece ser, em princípio, um simples derivado de etnicidade. Mas os usos, veremos, perturbam esta idéia e nos convidam a esclarecer sua genealogia ou condições de origem.

Contrariamente à noção de etnização, o conceito de etnicidade conhece, há uns trinta anos, desdobramentos teóricos internacionais. A sociologia e a antropologia norte-americana, desde os anos setenta, construíram, progressivamente este conceito para descrever, numa abordagem dinâmica e construtivista, as situações sociais marcadas por relações inter-étnicas¹. Desde então, elas fizeram da etnicidade um conceito não essencialista e não substancialista², que permite explorar as dimensões objetivas e subjetivas entre os grupos étnicos, seguindo, na maioria das vezes, os trabalhos weberianos³. Longe de se contentarem com apreender apenas a dimensão cultural das relações sociais, estes trabalhos nos convidam a identificar e a estudar a relação destas relações étnicas com as relações de classe e de gênero, mas sublinham também o potencial heurístico do conceito, evidenciando o seu caráter transversal, ou seja, que as relações étnicas, por mais culturais que possam nos parecer, são também, intrinsecamente, relações econômicas e políticas.

Este conceito de etnicidade, cujo interesse reside nas questões que ele permite colocar não encontrou na França um terreno teórico como pode ocorrer alhures⁴, apesar de excelentes trabalhos em língua francesa⁵. Por razões históricas e políticas, o conceito foi, muitas vezes esnobado, até mesmo rejeitado. Sem remontar ao contexto que nos permite de compreender todas estas questões, evoquemos simplesmente como, ao longo dos anos 1990, muitos intelectuais, pesquisadores e jornalistas e, no trabalho de campo, assistentes sociais foram convencidos de que era necessário resistir à fragmentação, à “americanização”, ou à «balcanização» da sociedade francesa e que era necessário denunciar a ascensão dos “particularismos”: a etnicidade foi diretamente tomada nesta borrasca política muito

¹ Ver sobretudo E. C.W. Isajiw (1974), N. Glazer, D.P. Moynihan (1975), Roosens (1989).

² Na língua francesa, os trabalhos da canadense Danielle Juteau (1999) e do belga Albert Bastenier (2004) são particularmente estimulantes.

³ Ver o trabalho de recapitulação sobre o assunto de Elke Winter (2004).

⁴ A respeito, colocar a noção no próprio nome de um laboratório ou de um título de um programa de pesquisa é revelador. Na língua francesa, isto é freqüente na Bélgica e no Québec, muito raro na França.

⁵ Ver a obra de P. Poutignat e J. Streiff-Fenart (1995) e a tradução que fizeram do texto fundador de F. Barth (1969). Ver também os trabalhos de D. Juteau (1999), de V. de Rudder et al. (2000), de P.J. Simon (1970, 1993, 1997), de M. Martiniello (1995) e mais recentemente V. Geisser (1998) e A. Boubeker (2003).

associada à questão nacional⁶ como se rejeitar o conceito implicasse diretamente em apoiar o pensamento republicano e universalista ameaçado. Foi o que justificou que até hoje um comportamento de distanciamento científico se mantivesse em relação aos desafios associados à diferenciação étnica, como sugerem, entre outros F. Lorcerier e V. Geisser. Pouco apreendida cientificamente, a questão se mantém, então, fortemente invadida pelos discursos que servem de orientação a uma prática social ou política. (Boubeker, 2003).

Nosso propósito aspira, ao contrário, distanciar-se desta perspectiva diretamente orientada por um diagnóstico de situações «sensíveis», ou daquela da consultoria para uma implantação ou avaliação de políticas públicas. Esta abordagem, por estar impregnada de preocupações com a ordem pública e com a gestão das populações, faz concessão a uma visão majoritária⁷ das situações das relações e das normas, num momento em que o desafio consiste precisamente em apreender simultaneamente e numa única dinâmica, não uma visão, porém visões e mostrar em que medida elas são o reflexo de classificações sociais e das fronteiras das quais são o produto.

Pouco trabalhada cientificamente, a etnicidade hoje em dia parece haver cedido lugar ao termo «etnicização». Os trabalhos franceses mais sólidos sobre a questão definem claramente este processo. A etnicização designa o processo de saliência da categorias étnicas num número de situações concretas, na França (Poutignat e Streiff-Fénart, 1995 ; De Rudder, 1995 ; Palomares, 2005). Ele é frequentemente utilizado para descrever e compreender conflitos envolvendo populações oriundas da imigração cujo palco é frequentemente a escola, o bairro, o ônibus, a bilheteria de um serviço público ou a empresa. Mas, generalizando-se, a expressão parece ter-se transformado.

1. O “FRANCO” SUCESSO DE UMA NOVA EXPRESSÃO

Dever-se-ia, num primeiro momento, questionar a rápida popularidade deste vocábulo. Ele parece ser, à primeira vista, uma construção a partir da noção de etnicidade. Mas além disto, ele também pertence à família do termo “etnia”, hoje denegrido e abandonado pelos pesquisadores, inclusive na etnologia, onde usa-se, atualmente, o conceito de grupo étnico mais freqüentemente dentro do paradigma das fronteiras étnicas, elaborado por Friedrick Barth (1969) e amplamente retomado desde então, tanto pela antropologia, quanto pela sociologia. Encontramo-nos assim, na França, numa situação surpreendente, onde as etnias não fazem parte da realidade, na qual o conceito de etnicidade tem dificuldade em ser utilizado, enquanto o processo de etnicização seduz amplamente todos os escrevem sobre estas questões. Como explicar que a etnicização não encontre a mesma rejeição que a noção de etnicidade? Seria porque os dois vocábulos remetem a visões de coisas suficientemente distintas, a ponto de não suscitar as mesmas reações, apesar da aparente proximidade semântica?

Uma outra hipótese consiste em perguntar se o sucesso da palavra «etnicização» não se deve exatamente ao fato de permitir deixar de lado o conceito de etnicidade, malgrado todo o trabalho teórico que o sustenta solidamente, na atualidade. Se este for o caso, é necessário esclarecer as razões teóricas ou ideológicas que levam, por exemplo, pesquisadores, jornalistas, políticos, dirigentes de projeto urbano, dirigentes de grandes empresas, a fazer esta mesma escolha semântica, de modo a poderem explorar o caráter heurístico (ou não) deste neologismo. Os usos de «etnicização» constituem um olhar novo ou inédito sobre as relações inter-étnicas ou assinam pelo contrário uma confissão do quão impensado é o conceito de etnicidade na França? A exploração que aqui fazemos nos leva rapidamente à dificuldade particularmente francesa de pensar sociologicamente as relações inter-étnicas.

⁶ A dimensão nacional é forte e aparece nitidamente na cristalização neste mesmo decênio do modelo francês de integração que buscava qualificar tanto os processos passados quanto afirmar o que deveria advir num contexto específico, francês.

⁷ No sentido sociológico do termo "majoritário" que propõe C. Guillaumin (2002, 1ª edição, 1972).

Com efeito, como veremos, a expressão autoriza vários deslizamentos teóricos e ideológicos que o contexto francês, muito particularmente, encoraja.

Vários pesquisadores somam-se ao questionamento aqui proposto quando eles se dão conta das dificuldades em utilizar doravante esta noção sem explicar claramente o seu sentido. Iniciando um programa de pesquisa sobre a questão, Jean-Paul Payet (2007) sublinha o esclarecimento necessário dos usos sociais de etnicidade: « Achamo-nos, desde que desejamos fazer uma síntese dos trabalhos sobre o tema da etnização das relações sociais (*a fortiori* no campo escolar), face a uma dificuldade epistemológica, na medida em que a categoria da etnicidade é, no contexto francês, uma construção recente. Convém, então saber de que falam os textos, dos pesquisadores bem como os das instituições, quando falam da categoria da etnicidade».

É o que nos propomos a fazer aqui para revelar, por trás dos usos, os processos sociais dos quais a dimensão semântica ou ideológica é apenas uma faceta, finalmente. Para realizar este trabalho exploratório, selecionamos um corpus de cerca de quarenta textos de autores variados, artigos extraídos de revistas científicas ou publicados na imprensa escrita ou eletrônica, todos relativamente recentes, escritos entre 2000 e 2006. Os autores destes textos⁸ pertencem a quatro categorias no nosso corpus : a primeira é constituída por pesquisadores em ciências humanas (sociólogos, psicólogos, politólogos) de língua francesa (franceses ou mais raramente belgas) especialistas ou não destas questões. A segunda reúne textos escritos pelos jornalistas da imprensa cotidiana escrita ou editorialistas hebdomadários. A terceira categoria é a mais difícil a circunscrever: ela reúne intelectuais ou pessoas engajadas, militantes, às vezes, ocupantes de cargos políticos eleitos, em todo caso, atores da vida política, que se exprimem em nome de um movimento, de um partido ou de um engajamento social ou político. O quarto, por fim, reúne atores que descrevem diretamente suas práticas profissionais na empresa, no trabalho social, ou na gestão urbana. Trata-se de uma trabalho exploratório cujo objetivo não visa nem a exaustão dos usos, nem a quantificação das ocorrências por uma ou outra categoria de autores/textos, os quais só foram aliás finalizados ao longo da coleta dos próprios textos. Trata-se, antes de tudo, de realizar um levantamento inicial dos usos mais freqüentes, de anotar eventualmente a diversidade deles ou, ao contrário a homogeneidade e de tentar erguer uma paisagem semântica válida. Como ver-se-á , as quatro categorias de autores/textos não se apresentam como um elemento importante para discriminar os diferentes usos. Apesar da pluralidade das implicações semânticas encontradas, assiste-se antes a uma única e mesma nebulosa de sentido, estruturada por diversos deslizamentos: de um pensamento científico para um posicionamento « social » mais normativo, deste último para um raciocínio político, remetendo às vezes, a « tomadas de palavra » sobre o assunto, considerado importante, ou tomando sentido numa reflexão sobre a construção de novas políticas públicas procurando levar ainda mais em conta as desigualdades étnicas.

2. OS PROCESSOS DE CATEGORIZAÇÃO POSTOS EM RELEVO?

Nos diversos textos selecionados, encontramos facilmente a proximidade entre a idéia de etnização e a de categorização⁹. Quando num texto, um jornalista deplora « a etnicização

⁸ Preferimos não mencionar estes autores de maneira a permanecermos centrados nos textos e sentidos que eles carregam. A condição particularmente profissional do autor é frequentemente, mas nem sempre, um elemento pertinente da análise.

⁹ A categorização social põe em jogo dois grupos de indivíduos: os que designam e deverão ser compreendidos por uma tal ou qual designação; os que são designados e não tem geralmente a escolha de selo ou não. Conforme

das relações alunos-professores » na escola, quando um responsável de formação se preocupa com « a etnicização das relações profissionais no setor social », ou ainda quando um responsável pelo Desenvolvimento Urbano denuncia « a etnização das relações nos bairros » das periferias urbanas, temos, em cada caso, um uso próximo do «destaque das categorizações étnicas ». Se voltarmos um pouco no tempo, encontramos os trabalhos pioneiros como os de Jean-Paul Payet sobre a escola que descreve modos de categorização étnica que atuam no espaço escolar e não hesita em classificar as dinâmicas identitárias que ele observa em termos de etnicidade, « uma dimensão da identidade social e da categorização escolar que as pessoas, às vezes, mobilizam » sobretudo, diz ele, em caso de conflito (Payet, 1997).

O processos de categorização étnica constituem, com efeito, uma parte importante dos fenômenos explorados pela pesquisa sociológica, principalmente por aquela que se debruça sobre as produções identitárias e os efeitos subjetivos devastadores da estigmatização. As descrições nos deixam, então, ver a construção de identidades negativas (construção individual ou coletiva de invisibilidade, vergonha de si, raiva individual ou coletiva, comportamentos auto-destrutivos, etc.) particularmente quando a categorização é fortemente assimétrica ou desigual; mais raramente a descrição de identidades positivas, construídas sobre bases menos assimétricas e ao preço de identificação e de diferenciação.

No entanto, as análises parecem demoradas e até mesmo enredadas nas manifestações múltiplas deste processo de categorização, silenciando até outros processos que não dependem total ou parcialmente da categorização, como os processos de comunalização. (Weber, 1922 ; Juteau, 1999 ; Winter, 2005 ; Billion, 2007) ou ainda as relações maiorias/minorias (Guillaumin, 1972 ; Pietrantonio, 2001). Estas últimas merecem, entretanto, toda a nossa atenção porque elas permitem apreender a emergência de fronteiras étnicas inéditas bem como as ações de indivíduos e grupos para transformar ou (re)produzir estas fronteiras sociais. Além disso, este quadro teórico permite interrogar o efeito do status das maiorias e das minorias nos processos de individuação vividos por cada um, de um lado e de outro de fronteiras étnicas. Com base nas teorizações recentes desenvolvidas nos Estados Unidos, no Canadá ou ainda na Bélgica, percebemos que a etnicidade nunca é apenas o produto da categorização étnica, quer esta última seja objeto de uma política pública explícita, como no Canadá, ou quer ela se imprima mais implicitamente nas interações e relações produzidas no cotidiano, como é o caso na França. O potencial teórico da etnicidade seria assim iniciado por uma visão superficial das relações étnicas, a única que é, sem dúvida, compatível com a ocultação própria à França da etnicidade.

Portanto não se trata aqui de subestimar o peso da categorização étnica nas relações sociais nem na construção dos grupos e das identidades na França. Nós desejamos antes apontar a idéia de que um desenvolvimento parcial destas análises pode prejudicar uma abordagem justa e aprofundada do fenômeno. Ela consistiria de um lado a não reduzir as relações sociais étnicas à estrita categoria étnica observada nas interações sociais e, por outro, a não considerar os pertencimentos étnicos, quando afirmados pelos minoritários, como uma simples reação às categorizações dominantes.

2. A ETNIZAÇÃO OU REDUÇÃO DO POTENCIAL TEÓRICO DA ETNICIDADE

Quando nos debruçamos sobre os usos dos pesquisadores em ciências humanas, vários sugerem o impasse que constituiria uma « etnização integral do social » (sociólogo), ou « uma leitura completamente etnizada da realidade » (sociólogo) ou ainda o « perigo de etnizar os espaços políticos estudados » (político). A que será que se refere esta « etnicização integral do social »? Será que significa que a luneta do

o caso, a aceitação da designação pode ser voluntária ou involuntária, espontânea ou forçada: o jogo objetivo das forças obriga ao acordo aquele que não tem poder. Ver C. Guillaumin (1972).

pesquisador pode ser completamente obstruída por uma visão completamente «etnizada» do mundo?

Ele cairia, deste modo, no erro de « ver a etnicidade em todo canto», onde talvez só exista um pouco ou nem exista? Mas trata-se de quantificar o peso da etnicidade numa situação?

Nesse mesmo registro, mas num modo mais comprometido, um dos textos propõe «resistir à etnização» (psicólogo), outro deplora « a etnização selvagem das interações, que conduz a discriminações » (político) enquanto que a maior parte dos textos desenvolvem implicitamente ou explicitamente a idéia de que a etnização consiste « em encobrir a realidade das clivagens sociais ». Por seu lado, os textos escritos por jornalistas convergem geralmente para uma prudência como : « deve-se aceitar a etnização da briga » ? pergunta um deles quando considera como uma simples briga é interpretada por um colega como uma agressão anti-semita. Os discursos mais militantes abundam neste sentido, mas vão mais longe, sublinhando, por exemplo, a incompatibilidade entre as idéias republicanas e esta « etnização do social », ou ainda a urgência em levantar-se contra esta « nova forma de ideologia dominante » (*líder* de um movimento anti-racista). Um outro texto, extraído desta vez de um site militante radical, não vacila em declarar-se « contra a etnização do mundo ». Enfim, do lado dos políticos eleitos, a expressão foi até o momento pouco apropriada por aqueles oriundos de partidos tradicionais. Isto é menos verdadeiro para os eleitos ou militantes comprometidos em nome da « sociedade civil », e encontram-se nos seus textos as mesmas reticências: « a etnização é a esclerose das relações sociais» declara um deles, redator de um relatório entregue ao governo. Bem mais raras, algumas vezes erguem-se para levar em conta pragmaticamente as discriminações étnicas e racistas, o que leva um dirigente de empresa a falar delas de uma maneira positiva estimando que : «a etnização das empresas seria uma boa coisa ». No caso, o autor não se refere nem à produção do estigma nem às categorizações tais quais elas podem ser lidas através do fio das interações sociais, do modo como mostrou E. Goffman, mas faz apelo a um melhor reconhecimento (ou medida) da diversidade étnica no interior da empresa, de maneira a identificá-las *in situ* e tentar de paliá-las neste local.

Alertados pelo risco desta «etnização integral do social », poderíamos adotar a idéia de um meio teórico justo entre a armadilha de uma interpretação etnizada demais e a tentação de rejeição pura e simples do conceito de etnicidade. Sedutora por sua aparente boa medida teórica, a idéia carece, no entanto, da contrapartida metodológica: como se instrumentar para bem « medir » a etnicidade, sem exagerar nem subestimar seu caráter estruturante ? Se fizermos analogia com a epistemologia feminista tal qual ela comparece nas ciências humanas¹⁰ hoje em dia, dir-se-ia também, neste caso, que o olhar sociológico consiste em achar a justa dose de feminismo além da qual o pesquisador cairia na ideologia? Sem nenhuma dúvida, a questão se enriquece ao ser colocada de outro modo. A idéia deste justo meio teórico exprime mais o mal-estar que ainda suscita o conceito de etnicidade na França do que um arbítrio científico fundado. Considerando que a tarefa do pesquisador seria de seguir o caminho do meio (nem «etnização» demais que prejudicasse uma visão objetiva da realidade social, nem ocultação completo dos fenômenos étnicos) cede-se e participa-se, mesmo querendo afastar-se deles, à mistura do registros políticos e científico. É claro que o sociólogo não pode desconhecer as reticências dos leitores franceses e não pode negligenciar a questão mais ampla da recepção social de todo trabalho de pesquisa. Mas parece bastante difícil mostrar a fecundidade de um conceito se apenas a prudência política fundamenta os usos científicos que podemos ter dele. Uma tal postura, enfim, não permite ir ao encontro de uma visão cada vez mais com tintas de alarmismo, que faz da etnicidade uma dimensão patológica das relações sociais.

¹⁰ No congresso de 2007 da Associação Canadense Francesa para o avanço das ciências, um colóquio de sociologia organizado por um consórcio de quatro universidades canadenses intitulava-se : « Epistemologia feminista e diferenciação social ».

4. A ETNIZAÇÃO COMO FENÔMENO PATOLÓGICO

Devemos a Émile Durkheim a primeira reflexão sobre a distinção entre normal e patológico (1889). Ele mostra que fenômenos como o crime ou o suicídio, que o conjunto da sociedade considera como fatos sociais patológicos, constituem na realidade fenômenos «normais» ou regulares, quer dizer próprios a todas as sociedades. Sem forçar a analogia com os conceitos sociais de desvio ou de crime¹¹, lembremos aqui um princípio elementar da sociologia, a saber, a necessária distinção entre o problema social e a problemática sociológica. Rejeitada como um « problema social » tipicamente americano, depois como uma perspectiva sociológica inaplicável na França, a etnicidade tornar-se-ia hoje em dia, sob o aspecto do processo de etnização, um fenômeno patológico que afeta doravante nossa sociedade, uma dimensão não mais apenas embaraçosa, porém ameaçadora das relações sociais, como um mal ou uma gangrena que afetaria os bairros desafortunados das cidades francesas, depois de tê-las poupado por muito tempo.

Encontra-se muitas vezes, na trilha da sociologia dos movimentos sociais, esta tese da etnização da sociedade francesa numa sociedade pós - industrial em crise em consequência de um modelo de integração « em pane » : seria uma reação à exclusão social e urbana, o sinal de uma sociedade anômica, de uma disfunção social profunda porque haveria ruptura de um processo « normal » de integração da sociedade. Também acha-se frequentemente, nas mídias, esta idéia simplificada segundo a qual a crise da sociedade industrial teria acarretado os fenômenos ou antes os « problemas » sociais que foram guardados sob o vocábulo « exclusão », esta situação provocando reações de refúgio ou de defesa, quer dizer, de fechamentos ou crispções étnicas : o raciocínio explica assim a inclinação perigosa em direção à etnização. As expressões utilizadas revelam bastante a idéia de perigo, de armadilha até de doença escondida na sombra e prestes a ressurgir¹², como no trecho a seguir : « a tentação de etnicidade estava latente na escola; e as transformações conjuntas da sociedade e do sistema escolar despertaram-na » (sociólogo). Adiante : « assiste-se cada vez mais à ascensão das categorias étnicas no sistema escolar e a uma tendência cada vez mais forte da escola em transformar relações sociais em relações étnicas ».

5. A REDUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS ÉTNICAS ÀS RELAÇÕES DE CLASSE

A palavra «etnização» sugere, desse modo, de maneira direta ou indireta uma deriva, uma evolução anormal das relações sociais, um estado patológico do que deveriam ser «normalmente » as relações sociais, a saber relações de classe. Se um indivíduo ou um grupo tentar exprimir um desacordo ou uma oposição (na escola, no bairro, no trabalho) apoiando-se em uma identidade coletiva «étnica» este fundamento será considerado duvidoso ou ilusório¹³, e, em todo caso, perigoso pois capaz de tornar-se, a qualquer momento, uma explicação culturalista e essencialista, ou pior, a máscara do pensamento neo-racista.

¹¹ Terreno « escorregadio », se é que ele existe, arriscando a levar-nos involuntariamente a uma realidade bastante contemporânea, é o amálgama entre criminalidade e imigração e o que alguns denominaram de « criminalização da imigração ». cf Salvatore Pallida (1999).

¹² Esta análise é compartilhada por vários pesquisadores que trabalham sobre racismo e deploram que sua leitura muito freqüente como uma doença ou um registro mobilizável em tempos de crise, ao invés de apreender as relações sociais que estão na base de todo discurso racista. Ver Réa (1998) et Bastenier (2004).

¹³ A identidade étnica como ilusão (perigosa ou simplesmente ingênua) constitui o credo da maioria das teorizações marxistas das relações étnicas e, mais adiante, foi compartilhada pelo conjunto da sociologia francesa, fortemente marcada pela preponderância histórica da « questão social ».

Nas abordagens neo-marxistas como as de Hechter (1976), o pesquisador se interessa sobretudo pelo potencial mobilizador da etnicidade no quadro das relações que, para surgirem como « étnicas » à primeira vista, seriam em profundidade relações de classe. Se podemos debater cientificamente esta questão¹⁴, muitos pensam atualmente que as relações sociais étnicas, tão transversais quanto as relações de classe e de gênero, articulam-se com outras formas de relações sem com elas se confundirem. Retomemos rapidamente o exemplo da instituição escolar, que muitos artigos da imprensa deploram haver-se deste modo tornado o teatro dos fenômenos da etnização. Os sociólogos já sublinharam, há muito tempo, o peso da dimensão social ou « de classe » no interior do sistema escolar principalmente através dos trabalhos iniciados por P. Bourdieu, e neles, desde então, reconhece-se a presença da dimensão étnica (Lorcerie, 2003). Levando em conta a história da escola, a missão leiga e igualitária que a República confiou à Educação Nacional, desde seus primórdios, as desigualdades de classe, de gênero e étnicas só podem ser consideradas pelos atores escolares como elementos de disfunção. Mas que sociólogo, numa perspectiva descritiva e analítica, pode sinceramente espantar-se ou julgar « anormal » ver relações desiguais que estruturam a sociedade penetrarem também nos espaços escolares? Sabe-se, hoje em dia, que estas desigualdades não apenas penetram o espaço escolar mas são produzidas no seu seio, nas relações inter-étnicas complexas que proíbem questionar apenas um dos parceiros destas relações, sejam os alunos e suas famílias de emigrantes, os professores e sua pedagogia ou o « sistema escolar » na sua própria organização. Os espaços escolares não estão e nunca estiveram protegidos das classificações sociais quaisquer que elas sejam; por outro lado, seria bastante difícil explicar porque esta porosidade do sistema escolar só valeria para as relações de classe e de gênero. Desde os anos 1980, um grande número de trabalhos « inter-culturais » assinalava a emergência de um questionamento no interior da escola, enquanto que se engajavam pesquisas sociológicas, especialmente as de J.-P. Payet, para descrever de maneira fina as relações inter-étnicas na escola. Esta perspectiva permaneceu marginal durante muito tempo.

Atualmente, estas classificações são redescobertas, de maneira parcial e com parcialidade, como uma nova forma de dominação que *não deveria* existir na França. Por pouco, estaríamos prestes a crer que tudo isto viria dos Estados Unidos como tantas outras coisas!¹⁵

Na realidade, as crianças como seus pais imigrantes foram por muito tempo « tornados invisíveis »¹⁶ tanto na escola como em muitas outras esferas da vida social. A novidade reside, sem dúvida, hoje em dia nas tomadas da palavra ou nos gestos colocados por aqueles cujo estatuto de minoria relegava outrora a uma atitude « polida », de retraimento ou de participação supernormalizada. Sem voltar à questão dos motins de novembro 2005¹⁷, os

¹⁴ Danielle Juteau, na sua obra *restitui*, em francês, uma parte deste debate anglófono. A posição marxista por exemplo de D. Stasiulis (1990) refuta a existência de relações étnicas ou raciais e remete seu estudo ao campo da ideologias.

¹⁵ A versão científica desta crença contribuiu alias para alimentar o discurso virulento do contra-modelo americano dito « comunitário » ou « multicultural », que veio auxiliar, nos anos 1990, a afirmação do modelo francês de integração.

¹⁶ Ver o texto de P. Williams (1982). Aliás, A. Sayad (1999) descreve bastante a injunção à « polidez » (social, econômica e política) que era imposta aos trabalhadores imigrantes nos anos 1950 à 1980, a mesma que ainda hoje humilha os seus filhos.

¹⁷ A. Réa (2006) faz uma análise interessante destes eventos. Ele nota, de um lado, a interpretação estritamente socioeconômica dos motins, pelos sociólogos franceses, em detrimento de uma interpretação étnica mais privilegiada pelos sociólogos belgas, britânicos ou americanos, que, nem por isto, ignoram as condições sociais na raiz dos conflitos. Por outro lado, ele nota o quanto os sociólogos franceses subestimam a dimensão política dos motins e, além disso, a dimensão institucional das relações inter-étnicas, o que nos interessa mais especificamente aqui.

micro-conflitos (expressões de posição, de reivindicação, de protesto ou estratégias de ruptura da ordem pública) que se multiplicaram estes últimos anos¹⁸

Poderiam ser interpretados como uma forma de construção relacional ou melhor, como uma forma positiva de socialização, como o sugere G. Simmel (1995, 1^a. ed. 1912) quando considera que o conflito não somente é inerente à vida social, mas que contribui, de uma certa maneira, à sua produção plural. Além disso, a linguagem do conflito permite que se construam tomadas de posição e, ao fazer isto, os locutores concordam mutuamente numa certa legitimidade de sua existência e do diálogo. O efeito mais freqüente deste tipo de situação é que o grupo majoritário perde o monopólio incontestado do discurso sobre estas questões, ele não pode mais contentar-se com considerar ou « levar em conta» como se dizia outrora, as desigualdades escolares, ou as injustiças que afetam os grupos minorados. Uma boa parte de micro-conflitos pode assim ser interpretada como manifestações de uma nova agentividade¹⁹ dos minoritários que se mostram contra toda expectativa, capazes de agir e não somente de reagir, se impõem como inventivos ou criativos, atores no âmago das relações inter-étnicas. Esta interpretação se afasta da imagem petrificada da família pobre e cujos pais perderam os direitos de tutela ou daquela da jovem vítima de discriminações privilegiadas pela imprensa, salvo quando, de maneira recorrente, a imagem dá uma viravolta brutal e a vítima se transforma subitamente em agente de motim enraivecido e destruidor²⁰. Longe de nos desengajar da apreensão carregada destas situações o reducionismo classista, que consiste em ver nas relações inter-étnicas apenas a manifestação de relações de classe, contribui para alimentar um certo sociologismo e uma visão simplista da dominação.

6. PARA ESCAPAR DO ESSENCIALISMO ?

A análise sociológica das categorizações étnicas é muitas vezes a oportunidade de denunciar processos de essencialização ou de naturalização que as acompanham. Sabemos, com efeito, desde os trabalhos de C. Guillaumin, que a categorização étnica ou racial, exatamente com o as categorias de sexo, extraem seu poder e sua estabilidade da idéia da natureza (Guillaumin, 2002 (1972), 1992). Este artifício permite classificar duravelmente os indivíduos em grupos tão estáveis que se supõe facilmente a hereditariedade de uma geração para a outra, estabilidade que aparece finalmente como uma propriedade substancial de toda forma de categorização²¹. Assim, argumentos frequentemente desenvolvidos na França para rejeitar o conceito de etnicidade consistem em dizer que ele constituiria uma regressão teórica, nos conduzindo a uma visão estática da cultura, a uma abordagem substancialista e essencialista dos grupos étnicos, a todas estas armadilhas em torno das quais a antropologia

¹⁸ Com relação ao campo escolar, os conflitos entre pais e professores são sobretudo entorno do uso do *hidjab* ou a respeito da orientação escolar. No campo urbano, os conflitos acerca dos usos do espaço público são numerosos sem, no entanto, serem explicados de uma única e mesma maneira.

¹⁹ *Agentivité* no original, o termo é utilizado nas ciências cognitivas para designar a experiência de ser autor e controlar os próprios atos, bem mais que de estar submetido a uma injunção exterior. Na sociologia, vamos encontra-lo sobretudo na América do Norte, sob o termo *agency*. Para um uso mais próximo do que fazemos aqui, ver a tese de L. Pietrantonio (1999) para quem a agentividade é fazer o social, a capacidade de agir, de transformar, de controlar o mundo ao redor, opondo-se à passividade ou à impotência daquele que mais « age» pelas situações ou indivíduos que o cercam.

²⁰ A alusão é rápida e caricatural mas nós deixamos para outros o trabalho de decodificar o sentido destes estereótipos freqüentemente retomados na imprensa. Veja-se, por exemplo, para o período de perturbações de novembro de 2005, a análise de Pierre Billion (2005) na direção contrária da interpretação da mídia do jovem de *banlieue*, oriundo da imigração e raivoso, ameaçando subitamente os bens públicos e privados.

²¹ Uma categoria social que aparece fluida ou efêmera perde de fato seu poder classificatório.

trabalhou longamente neste últimos decênios. Mas então por que o termo « etnização » foge deste raciocínio e não sofre a mesma rejeição?

Uma primeira resposta se impõe: a terminação em «ão» sugere um processo, uma dinâmica de fabricação (*artefact*) ou de construção de categorias étnicas e isto de maneira mais clara que o termo *etnicidade*, cujo senso comum pode de fato levar a crer numa substância etno-cultural que estaria ligada a um indivíduo ou a um grupo. Neste caso, tratar-se-ia de uma simples regra de prudência, solicitando ao pesquisador a preferência por «etnização» a «etnicidade» para fugir do risco de essencialização. Esta prudência, entretanto, não leva em conta os trabalhos sociológicos norte americanos que debateram amplamente a questão. O contexto não era o mesmo posto que as ciências humanas da América do Norte deviam por sua vez, distanciar-se de um uso social e político amplo da noção. Elas chegaram, entretanto, a ultrapassar as visões primordialistas, apesar de serem muito compartilhadas, que postulavam uma especificidade dos laços étnicos percebidos como particularmente fortes, primeiros, irracionais, não escolhidos. Nesta abordagem, a identidade do grupo se impõe a todos os indivíduos, como uma dimensão não escolhida, além da consciência. Algumas, mais culturalistas (Isajiw, 1972), desenvolveram a idéia de laços culturais não escolhidos para finalmente chegar, hoje em dia, à idéia de laços socialmente e historicamente construídos (Juteau, 1999), frequentemente instrumentalizados (Glazer & Co, 1975 ; Hechter, 1978), ainda que jamais completamente dissociados de produções históricas e culturais.

Todavia, na França, o mal estar que suscita a *etnicidade* continua perceptível em inúmeros trabalhos. O medo de fazer referência, sem querer, a relações ou identidades essencializadas traduz-se por exemplo por um uso abundante de aspas ou de expressões (dir-se-á, por exemplo, sistematicamente : os fenômenos ditos «étnicos») deixando entender a impostura que constituiria uma leitura étnica da situação. Mas, na realidade, pode-se perguntar se o temor é, não o de uma leitura «étnica» (quer dizer que faça referência à existência de relações inter-étnicas), mas a de uma leitura «etnista» ou «culturalista», quer dizer que cede às sirenes da cultura-essência tal qual ela é frequentemente veiculada pelos porta-vozes dos próprios grupos minoritários ou majoritários quando sentem suas referências culturais ameaçadas ou desvalorizadas. Cada vez que estas precauções de aspas são tomadas, o autor assumiria, então, implicitamente a equivalência entre cultura e *etnicidade*, até entre *essência* e *etnicidade*, do que precisamente nós aqui procuramos distanciar-nos. Nesta confusão, a *etnicidade* não seria nada mais que uma má palavra para dizer «cultural ou «racial», numa abordagem que não escaparia daquilo que A. Bastenier (2004) chama de « definição culturalista da cultura ».

Com a palavra « etnização », o locutor se inscreveria na trilha de uma abordagem construtivista da *etnicidade*, sem todavia assumir a sua herança teórica. Regra de prudência? Poder-se-ia duvidar que ela tenha uma real razão de ser se ela consistir finalmente em rejeitar as teorizações sociológicas de *etnicidade* e em cortar a reflexão francesa dos debates internacionais sobre tais questões. Em todo canto, por aí afora, com efeito, as pesquisas se desenvolvem para tentar compreender os fenômenos étnicos pelo que eles são, quer dizer, relações sociais desiguais historicamente construídas, enquanto que, na França, se persiste, a ver, frequentemente, na problemática da *etnicidade* uma visão essencialista da realidade social, sem valor heurístico.

7. A ETNICIDADE CONTRA A INTEGRAÇÃO NACIONAL

Por trás do que parece ser uma regra de prudência científica, o sucesso francês do termo «etnização» trai diversas inquietudes e principalmente esta idéia de deriva e de relações

patologizadas» como se os próprios fenômenos étnicos constituem-se, em si, uma ameaça para a sociedade que aqui nada mais é do que não é a nação²².

A patologização dos fenômenos étnicos corresponde, na realidade, a uma definição estreita da cidadania veiculada pelo paradigma da integração, a saber que a identidade cívica, quer dizer «nacional», no contexto francês, se imporia naturalmente se as relações sociais não fossem «perturbadas» por uma forma de pertencimento considerada arcaica e a qual ninguém deveria ceder, nem os membros dos grupos minoritários, nem os membros dos grupos majoritários, e ainda menos os pesquisadores.

A etnização é percebida e compreendida como uma disfunção social, como um processo lamentável, que aparece em momentos de crise, que perverte de uma certa maneira as relações sociais que seriam, de fato, de natureza econômica e que deveriam expressar-se mais claramente de maneira política. Considera-se assim, erroneamente, que a «cor» destas relações sociais só é étnica por deterioração e de maneira superficial, do mesmo modo que, por exemplo, a expressão pública (ainda que fraca) destes grupos minoritários só é étnica (i.e. cultural ou religiosa) porque ela pode não saber ou não pode ser política. Uma tal abordagem, quando é esposada pela sociologia, arisca-se fortemente a produzir esta estranha «sociologia sem ator» que A. Boubeker denuncia (2003).

A etnização das relações sociais suscita uma inquietude múltipla. Ela remete, antes de tudo, ao temor de concepções racistas do Outro (que reaviva a lembrança dos malefícios do nazismo, regularmente cultivado na França) ou mais simplesmente ao medo de ver «fragmentar-se» a República de hoje, arrasar-se o modelo nacional num contexto europeu frágil. Mas a inquietude remete também à antecipação de desordens públicas, das violências nutridas por desigualdades de toda natureza. Face a estes medos e incertezas, os eleitos de todos os lados buscam tranquilizar e «constroem» politicamente a questão da imigração, de um modo sobretudo discursivo²³. Aqueles que, pesquisadores em ciências humanas tentam apreender cientificamente²⁴ seu objeto de pesquisa, penam para construir a objetividade em torno desta questão e para defender um olhar menos normativo, seja mais simétrico.

8. DAS RELAÇÕES ASSIMÉTRICAS A SEREM APREENDIDAS DE MODO SIMÉTRICO

Inspirando-nos dos trabalhos sobre as controvérsias e sobretudo do princípio de simetria tal qual elaborado pela sociologia das ciências (D. Bloor, 1976 ; D. Vinck, 1995 : 105), podemos ir mais longe na compreensão das relações sociais étnicas. Aplicado à sociologia das relações inter-étnicas, trata-se, com efeito, de descrever, com a mesma grade de análise e com a mesma objetividade, o grupo majoritário e o grupo minoritário nas suas interações: o que um e outro dizem (ou não dizem), o que eles fazem ou as maneiras pelas

²² É o que também observa C. Rinaudo : « A etnicidade não pode ser reduzida a uma simples manifestação patogênica ou reativa face a uma sociedade que contém a anomia. É preciso tentar fugir desta problemática da integração e estudar a etnicidade sob todas suas facetas » (2000).

²³ A questão da estadia dos estrangeiros (e principalmente dos que pedem asilo) no território foi objeto de medidas recentes (2003, 2005) mas o tratamento social e cultural das populações oriundas de migrações pós-coloniais não é assumido como tal, uma vez que ele entra, de maneira não específica, no quadro das políticas sociais e urbanas territorializadas.

²⁴ Não se trata de ceder a um discurso cientificista e de opor-se, em vão, o político ao científico, consciente que somos de que um e outro se informam mutuamente. Todavia, eles não procedem da mesma postura. Como bem diz Éric Fassin, interrogado sobre os usos sociais e políticos da ciência: « o ofício das ciências sociais é descrever o mundo. É uma proposta simples, mas, se levada a sério, tem efeitos importantes. Isto quer dizer que não se pode decidir *a priori* que certas coisas não existem », *Vacarme*, printemps 2000, site de la Revue : <http://www.vacarme.eu.org/article31.html>

quais se omitem, sem cair na armadilha de apenas descrever o peso político de um *versus* as características culturais do outro. Demasiadamente, com efeito, os trabalhos restituem, de um lado, as políticas públicas implantadas, interpretadas como a tradução da vontade majoritária de defender tal grande valor julgado universal e, de outro, os modos de vida e representações das minorias, sem mostrar suficientemente a dialética que une estes dois estatutos e como as práticas e representações de uns podem ser lidas como uma resposta às práticas e representações dos outros e *vice versa*. Uma são apreendidas pelas ciências políticas ou jurídicas, que exploram e frequentemente ratificam os universos sociais daqueles que tem o poder de dizer a norma²⁵, enquanto que as outras são mais frequentemente estudadas pela sociologia e antropologia ou esta parte das ciências humanas que se chama do outro lado do Atlântico de *subaltern studies*, onde as longas descrições culturais até culturalistas parecem vir cobrir a inexistência política das « comunidades ». Há algumas tentativas de inverter o olhar, alguns propõem uma antropologia do majoritário (Abélès, 2005 ; Neveu, 2005 ; Pietrantonio, 2004) enquanto que outros, ao inverso, se dedicam em fazer uma sociologia política dos minoritários (Breton, 1991 ; Geisser, 1998 ; Lorcerie, 2003 ; Kokoreff, 2004 ; Martucelli, 2001). Se eles mostram mecanismos sociais que entretêm as « dominações ordinárias » eles destacam simultaneamente as múltiplas formas de engajamento, de protesto, de resistência de *empowerment*, em resumo, formas de ação minoritárias e de minorias, mas também as etnicidades ou comunalizações invisíveis do majoritário. O procedimento é heurístico precisamente porque ele foge do miserabilismo bem como do populismo; e não é por acaso que, se em alguns trabalhos, o distanciamento tomado da afirmação da norma, permite ler as relações inter-étnicas, sem superinterpretá-las. Esta abordagem permanece, no entanto, na contramão e sua recepção social sujeita à polêmica.

Assim, adotando uma sociologia da etnicidade resolutamente relacional, poder-se-á melhor apreender, de um lado o vivido da agentividade²⁶ dos membros dos grupos minorados, apreendidos, então, como atores e não unicamente como vítimas das relações étnicas; por outro lado, o grupo majoritário e seus diversos meios de expressão e de ação, entre os quais o Estado (as administrações, as políticas públicas) apreendido como o ator étnico que ele é às vezes e não unicamente como uma instância neutra em matéria de etnicidade. Tal perspectiva é a única que permite estudar os grupos majoritários/minoritários como constitutivos um do outro, como artesãos de relações que os ligam e de fronteiras que os separam.

O desafio é importante, na França, onde o discurso de etnicização parece afinal confinar o sociólogo numa abordagem que tende a seguir as cegueiras do grupo majoritário. A etnicidade não é apenas o produto da categorização e da dominação. Crer que o majoritário²⁷, por sua atividade de categorizar, possa estar completamente na origem da etnicidade do minoritário é na realidade um raciocínio tipicamente majoritário. (Juteau, 1999). Os membros do grupo majoritário, quando não se ignoram como parceiros de uma relação social particular, contentam-se todavia com a idéia segundo a qual o minoritário não aparece e não existe a não ser no olhar classificatório do majoritário. Deste modo, as pertenças

²⁵ Ver sobre o assunto o trabalho de Danièle Lochack (1989) sobre a implicação científica e política dos juristas durante o regime de Vichy.

²⁶ Ver nota 19 acima.

²⁷ Falar no singular do majoritário pode parecer abuso de linguagem, mas referimo-nos ao tipo-ideal do majoritário e não a um indivíduo particular. Vale lembrar que os membros de um grupo majoritário não ocupam todos a mesma posição e não tem, portanto, todos o mesmo poder de nomear, designar, categorizar. Sabe-se hoje a força que uma política pública pode ter nestes termos (pensemos nas categorizações produzidas em massa pelo RMI, por exemplo) mas não se deve também negligenciar as categorias de uso historicamente legitimadas como a de « imigrado » na França, categorias que foram veiculadas no mundo econômico (e sobretudo pelo patronato que recrutava no exterior depois da guerra) antes de se difundirem no resto da sociedade.

étnicas não são percebidas nem sempre estudadas pelo que elas são, ou pelo que elas produzem (novas formas de comunalização ou de engajamento no espaço público por exemplo), mas pelo que elas dizem do lugar que elas atribuem na estrutura social aos que dela se reivindicam. Muitos trabalhos mostram, deste modo, o quão as categorizações em uso são alienantes ou então, em contextos institucionais, como são por vezes discriminatórias as instituições do grupo majoritário. Se estas abordagens indicam uma faceta importante das relações sociais étnicas, elas calam uma parte da realidade e, ao fazer isto, reduzem a etnicidade ao equivalente de um estigma que as vítimas chegam, no melhor dos casos, a « reverter », para dele fazer um emblema no âmago de uma identidade essencialmente opositiva. A etnicidade, amputada de todas as produções simbólico-culturais que a constituem na maioria das situações, só aparece aqui, como uma consequência identitária da minoração, da discriminação e da estigmatização urbana,²⁸.

Não somente os fenômenos étnicos não estão todos contidos na discriminação ou mais amplamente na relação social racista,²⁹ mas seria um erro significativo atribuí-los, em última instância, à percepção única do majoritário. É como se os fenômenos étnicos, por terem sido ocultados na França, durante longos decênios, fossem doravante levados em conta de maneira parcial e assimétrica, através do olhar do grupo majoritário no lugar de uma população que ele próprio (e só ele) teria marcado com o timbre da diferença.

Esta percepção assimétrica nega a agentividade dos grupos minoritários e desdenha a complexidade dos fenômenos étnicos tais como eles são estudados desde algumas décadas³⁰, a saber como fronteiras étnicas construídas de ambas as partes, fronteiras que tem uma história mas que, quotidianamente, continuam simultaneamente a se transformarem e a se cristalizarem a partir de relações sociais cujas dimensões econômicas, culturais e políticas devem ser a cada vez descritas.

10. DAS RELAÇÕES RECÍPROCAS CONSTITUTIVAS DOS INDIVÍDUOS, DOS GRUPOS ET DAS INSTITUIÇÕES

Ao contrário do que sugere esta desconfiança em relação ao fenômeno patológico que seria a etnização, é crucial reafirmar o potencial heurístico da etnicidade que nos incita a descrever as fronteiras complexas entre os grupos, fronteiras construídas certamente, mas pelo conjunto dos grupos presentes, no passado, assim como no presente; descrever completamente estas fronteiras, deixando de uma vez por todas de opor o étnico ao social, como é frequentemente o caso. As relações étnicas são certamente relações sociais e é importante recordar, como mostra F. Barth, que as fronteiras étnicas são intrinsecamente sociais: "as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação e de aceitação social, mas são muito pelo contrário as próprias bases sobre as quais são construídos os sistemas sociais mais envolventes³¹". O processo de dicotomização social ou o que Barth chama de "as fronteiras étnicas" estão no âmago da nossa abordagem. Se hoje elas são socialmente pertinentes ao ponto de canalizar a vida social e impor uma certa organização das relações entre os indivíduos e os grupos que elas produzem, é porque, ontem, foram

²⁸ Esta abordagem é confirmada pela história da recente sociologia urbana francesa. Remontando um pouco aos anos 1980 e 1990, nota-se facilmente as « ligações perigosas » entre os especialistas do urbano e os que defendiam uma abordagem securitária da imigração cf. H. Bertheleu, (2002).

²⁹ É antes o inverso que é afirmado pela maior parte dos especialistas : o racismo é um caso particular das relações interétnicas.

³⁰ Cf revista *Ethnicity*, desde 1976.

³¹ F. Barth, « Les groupes ethniques et leurs frontières », in P. Poutignat et J. Streiff-Fenart (1995), p. 212.

construídas por ambas as partes, embora de maneira assimétrica, e que esta assimetria continua a ser mantida (material e simbolicamente) por barreiras e produções históricas, políticas, econômicas, culturais.

Avança-se hoje para uma melhor compreensão da "construção institucional da etnicidade", quer dizer que, da maneira como as instituições (como a escola, o Estado, as administrações, os partidos políticos, os meios de comunicação social, etc.) e as políticas públicas participam na confecção da etnicidade e, por este fato, podem ser compreendidos como atores étnicos (Martiniello, 1998; Geisser, 1999; Bastenier, 2004). Devemos hoje desenvolver trabalhos que visem apreender os grupos minoritários como atores integrais destas fronteiras étnicas, e não somente como o objeto de categorizações étnicas. A. Bastenier sublinha com razão que: "As descrições dos grupos minoritários como atores e não vítimas étnicas são raras e chegam a mostrar o perigo da etnicização da sociedade (islamização, desenvolvimento de organizações coletivas, alterações galopantes da laicidade no próprio interior da escola, etc., riscos terroristas)". Tal observação, no contexto francês, é duplamente «incorreto» politicamente dado que se afasta do discurso que denuncia a discriminação e que parece (mas só uma leitura apressada deste texto pode deixá-lo crer) autorizar uma guinada para uma explicação (de novo) culturalista.

Sabe-se, graças a M. Weber (1995, 1o ED 1922) e a recentes releituras dos seus trabalhos (Juteau, 1999; Winter, 2004), que as construções étnicas são portadoras de status, que são também portadoras de sentidos, e que participam nos processos de diferenciação e de hierarquização que estruturam qualquer ordem social. A etnicidade, mesmo se frequentemente instrumentalizada economicamente nos contextos de empresariado étnico ou de "nichos" econômicos ou ainda que utilizada como uma arma política para mobilizar um coletivo ou um eleitorado, não se reduz a um simples pretexto de mobilização e nunca desenvolve-se num vazio cultural e identitário. Ela supõe relações materiais que apóiam construções simbólicas ou idealizadas³², que Juteau chama, invertendo a fórmula bastante conhecida da obra de Maurice Godelier, a parte real do idealizado (1999: 77). Quais são estas relações materiais e idealizadas que permitem a etnicidade desenvolver-se? São perceptíveis nas condições de vida dos que produzem e transmitem concretamente o sentimento de pertença um grupo, rebatizado de "comunidade". Estas relações materiais não são restrições imutáveis que pesariam unicamente sobre os grupos minoritários. Devem ser apreendidos de maneira dinâmica, relacional, mostrando a maneira como os grupos majoritário e minoritário interagem e definem-se mutuamente, e deixam aos seus membros o cuidado de transmitir duravelmente estas fronteiras étnicas, no entanto mais móveis do que o pretendem uns e outros. D. Juteau descreve esta transmissão como um longo processo de socialização no curso do qual as mulheres desempenham um papel central ao cuidarem materialmente dos mais jovens nas estruturas familiares, e transmitindo-lhes através das maneiras de fazer, de ser e pensar, o projeto coletivo do grupo. Da educação do gosto ou culinária às histórias lidas para as crianças antes delas deitarem, passando pela aprendizagem dos valores essenciais através dos cantos tradicionais ou das práticas domésticas, a vida familiar assegura em certa medida a "fabricação" étnica destes pequenos homens e mulheres. Porque esta educação transmite também, através de uma cultura substancial, a posição do grupo ou se preferirmos a natureza assimétrica das suas relações ao outro (ou aos outros) grupo vis-à-vis do qual importa definir-se materialmente, opor-se simbolicamente. Relação social universal, a etnicidade é, por conseguinte, inseparável desta humanização (para não dizer etnicização) dos indivíduos e os grupos, que se desabrocha sempre numa cultura específica, independentemente do seu estatuto. Inscreve-se também duravelmente nas instituições do grupo majoritário e pode ser lida nas suas políticas públicas.

³² *Idéels* no original que se diferencia de *idéel*. N do T.

As construções étnicas são, para qualquer ator individual e coletivo, uma das grades de leitura possível da realidade, uma das dimensões do seu repertório de ação e de sua identidade. Se elas estão necessariamente imbricadas em relações de tipo e de classe, continuam a ser no entanto legíveis e analisáveis de maneira autônoma pelo investigador. Os usos situados de "etnicização" participam indubitavelmente das relações inter-étnicas que o investigador toma por objeto. Devem, por conseguinte, ser estudados, para que, talvez, como aqui foi feito, neles sejam lidos um uso majoritário que vem preencher uma indisposição teórica ratificando ao mesmo tempo uma leitura assimétrica e normativa dos relações étnicas.

Referências bibliográficas

- ABELES, Marc (2005) Identity and Borders: An Anthropological Approach to EU Institutions, *21th Century Studies*, Milwaukee, On-Line Working Papers from the University of Wisconsin, <http://uwn.edu>
- BASTENIER Albert (2004) *Qu'est-ce qu'une société ethnique ? Ethnicité et racisme dans les sociétés européennes d'immigration*, Paris, PUF, coll. Sociologies d'aujourd'hui, 346 p.
- BARTH Fredrik (1995) Les groupes ethniques et leurs frontières, in Michel Poutignat et Jocelyne Streiff-Fenart, *Les théories de l'ethnicité*, Paris, PUF 1995, pp. 203-214.
- BERTHELEU Hélène (2002) Idéologie urbaine et relations interethniques : quelques remarques, in *Les Cahiers du CERIEM*, n°9, juin 2002, pp. 79-92. www.ceriem.fr
- BILLION Pierre (2005) Quartiers en friche, quartiers en chiffres, in *Observatoire des Inégalités*, www.inegalites.org, nov.
- BILLION Pierre (2007) "Lao et Français dans le Haut-Jura : processus réciproques de communalisation ethnique", in *Esprit Critique. Revue Internationale de sociologie et de sciences sociales*, dossier "La communauté n'est pas le communautarisme", à paraître.
- BLOOR David (1983, 1^{ère} ed. 1976) *Sociologie de la logique : les limites de l'épistémologie*, Paris, Pandore.
- BONNAFOUS Simone (1994) Dire et penser l'autre en France et aux États-Unis, in S. ULMO Ed., *L'immigration américaine. Exemple ou contre-exemple pour la France ?*, Paris, L'Harmattan, 204 p. p. 65-70.
- BOUBEKER Ahmed (2003), Ethnicité, relations interethniques, ou ethnicisation des relations sociales, *Les champs de la recherche en France*, *VEI-Enjeux*, n° 130, p. 40.
- BRETON Raymond (1991) *The Governance of Ethnic Communities. Political Structures and Processes in Canada*, Westport : Greenwood Press.
- ELIAS Norbert & J.L. SCOTSON (1997) Les relations entre établis et les marginaux : essai théorique, introduction et préface par M. Wiewiorka, *Les logiques de l'exclusion*, Paris Fayard, 278 p. pp. 29-70.
- GANS H. J. (1979) Symbolic Ethnicity: The future of Ethnic Groups and Cultures, in *America, Ethnic and Racial Studies*, Londres, Routledge & Kegan Paul, (1), pp. 1-20.
- GEISSER V. (1999) La mise en scène républicaine de l'ethnicité maghrébine : discours d'État, discours d'acteurs ?, in Catherine Neveu Éd., *Espace Public et engagement politique. Enjeux et logique de la citoyenneté locale*, Paris, L'Harmattan, 307 p., pp. 203-224.
- GEISSER Vincent et Shérazade KELFAOUI (1998) Tabous et enjeux autour de l'ethnicité maghrébine dans le système politique français, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, Vol 14 (2), pp. 19-32
- GLAZER N., MOYNIHAN D.P. (eds) *Ethnicity. Theory and Experience*, Cambridge, Harvard University Press, 1975, 531 p.
- GODELIER Maurice (1978) La part idéale du réel, *L'Homme*, vol.18, p. 155-187.
- HALL Stuart (1992) New Ethnicity, in J. Donald and A. Rattansi (eds), *Race, culture and Difference*, London, Sage and Open University, 1992, 300 p., pp. 252-259.
- HECHTER M. (1976) Ethnicity and Industrialization: on the Proliferation of the Cultural Division of Labor, *Ethnicity*, 3, p. 197-201.

- ISAJIW Weinfield (1974) Definitions of ethnicity, *Ethnicity*, Vol. 1, New York, Academic Press, p. 111-124.
- JUTEAU Danielle (1999) *L'ethnicité et ses frontières*, Montréal, Presses Universitaires de Montréal.
- KYMLICKA Will (1996) Démocratie libérale et droits des cultures minoritaires, in France Gagnon, Marie Mc Andrew et Michel Pagé, *Pluralisme, citoyenneté et éducation*, Montréal, L'Harmattan, 248 p., pp. 25-51.
- LOCHAK Danièle (1989) La doctrine sous Vichy ou les mésaventures du positivisme in *Les usages sociaux du droit*, CURAPP-PUF, p.252.
- LORCERIE Françoise (2003) *L'école et le défi ethnique*, ESF Editeur, Collection Actions Sociales/confrontations.
- LORCERIE Françoise (1994) Les sciences sociales au service de l'identité nationale, in Denis Martin Éd., *Cartes d'Identités. Comment dit-on « nous » en politique ?*, Paris, Presse de la fondation Nationale des Sciences Politiques, pp. 245-281, 304 p.
- MARTINIELLO Marco (1995) *L'ethnicité dans les sciences sociales contemporaines*, Paris, Puf, col. Que sais-je ?.
- MARTINIELLO Marco (1998) Les immigrés et les minorités ethniques dans les institutions politiques : ethnicisation des systèmes politiques européens ou renforcement de la démocratie ?, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, Vol.14 (2).
- MOORE Damian (2001) Les politiques de développement social urbain et la gestion de l'ethnicité en France et en Grande Bretagne, *Hommes et Migrations*, Paris : ADRI, n° 1232, p. 91- 97.
- MORILLON Anne (2001) Comment peut-on être français... Sélection des nouveaux Français et motivations des candidats à la naturalisation, in Hélène Bertheleu (éd.), *Identifications ethniques. Rapports de pouvoir, compromis, territoire*, Paris, L'Harmattan, 273 p.
- NEVEU Catherine (2004) Les enjeux d'une approche anthropologique de la citoyenneté, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, Vol 20 (3), pp. 89-101.
- PALIDDA Salvatore (1999) La criminalisation des migrants, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n°129, sept.
- PALOMARES Elise (2005) L'ethnicisation des politiques locales et sociales, in *Contretemps, Cité(s) en crise. Ségrégations et résidences dans les quartiers populaires*, Éditions Textuel, pp. 93-102.
- PARSONS Talcott (1975) Some Theoretical Considerations on the Nature and Trends of Change of Ethnicity, in N. Glazer, D.P. Moynihan Eds., *Ethnicity. Theory and Experience*, Cambridge, Havard University Press, 1975, 531 p., p. 53-83.
- PAYET Jean-Paul (1997) La catégorie ethnique dans l'espace relationnel des collèges de banlieue: entre censure et soulignement, in F. Aubert, M. Tripier, F. Vourc'h, *Jeunes issus de l'immigration. De l'école à l'emploi*, Paris, L'Harmattan, pp.207-218.
- PAYET Jean-Paul (2002) « L'ethnicité, c'est les autres ». Formes et enjeux de la relation de l'école aux milieux disqualifiés, in *Ville-Ecole-Intégration Enjeux*, hors-série, n°6, pp.55-64, décembre.
- PAYET Jean-Paul (2007) L'« ethnicisation » des rapports scolaires et la discrimination ethnique au sein de l'école : un bilan des travaux en France et en Europe. Site du Laboratoire CNRS GRS. En ligne. <http://recherche.univ-lyon2.fr/grs/index.php?page=29¬ice=46>
- PIETRANTONIO Linda (2005) Égalité et norme : pour une analyse du majoritaire social in *Mots. Les langages du politique*, n° 78, juillet, pp. 117-127.
- PIETRANTONIO Linda (2001) Action positive et égalité : une analyse sociologique, *Cahiers du GRES*, vol, 2, n° 1, Editions du CEETUM - Université Montréal, pp. 56-71.
- PIETRANTONIO Linda (2000) Une dissymétrie sociale : rapports sociaux majoritaires /minoritaires, *Bastidiana*, 29-30, janvier-juin : 151-176.

- REA Andrea (1998) *Immigration et racisme en Europe*, Bruxelles, Éditions Complexe.
- REA Andrea (2006) Les émeutes urbaines : causes institutionnelles et absence de reconnaissance, *Déviance et société*, vol 30, 4, p. 463-475
- RINAUDO Christian (2000) *L'ethnicité dans la cité : Jeux et enjeux de la catégorisation ethnique*, Paris, L'Harmattan, Logiques sociales.
- RINAUDO Christian (1998) L'imputation de caractéristiques ethniques dans l'encadrement de la vie scolaire, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, Vol. 14 (3), p. 27-43.
- ROOSENS Ernest S. (1989) *Creating Ethnicity. The Process of Ethnogenesis*, Newbury Park, Sage Publications.
- RUDDER (de) Véronique (1991) Le racisme dans les relations inter-ethniques in *L'Homme et la Société*, Paris, Anthropos, 4, pp.75-92.
- RUDDER (de) Véronique (1995) Ethnicisation. *Pluriel-Recherche. Vocabulaire historique et critique des relations interethniques*, cahier n°3.
- RUDDER (de) Véronique, POIRET Christian & VOURET François (2000) *L'inégalité raciste. L'universalité républicaine à l'épreuve*, Paris, PUF (col. Pratiques théoriques), 213 p., pp. 11-20.
- SAYAD Abdelmalek (1999) Immigration et pensée d'État, *Actes de la Recherches en Sciences Sociales*, Paris, Le Seuil, septembre, n°129, pp. 5-14.
- SCHNAPPER Dominique (1991) *La France de l'intégration. Sociologie de la nation en 1990*, Paris Gallimard, pp. 95-104, 374 p.
- SIMON Pierre-Jean (1970) Ethnisme et racisme ou l'École de 1492, *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XLVIII, 1970, Paris : PUF, pp.119-152.
- SIMON Pierre-Jean (1993) Ethnicité, *Pluriel Recherche, Vocabulaire historique et critique des Relations interethniques*, Cahier n° 1, Paris : L'Harmattan, pp. 65-68.
- SIMON Pierre-Jean (1997) Différenciation et hiérarchisation sociales *Les Cahiers du Cériem*, Université Haute Bretagne, Rennes, n°2, pp. 27-52.
- STASIULIS D.K. (1990) Theorizing connections : Gender, Race, Ethnicity and Class In Peter S. LI, *Race and Ethnic Relations in Canada*. Toronto, Oxford University Press, pp.269-305.
- WEBER Max (1995) *Economie et société*, t2, Paris, Plon, Pocket, (1ère éd° en all. 1922, 1^{ère} trad. en franç. Plon, 1969).
- WILLIAMS Patrick (1982) The invisibility of the Kalderash of Paris: some aspects of the settlement pattern of the Kalderash of the Paris suburbs, *Urban Anthropology*, XI/3-4 : 315-346.
- VINCK Dominique (1995) *Sociologie des sciences*, Paris, Armand Colin, 292 p.
- WINTER Elke (2004) *Max Weber et les relations ethniques. Du refus du biologisme racial à l'Etat multinational*, Québec, Les Presses de l'Université Laval.
- WIRTH Louis (1945) The problem of minority groups in Robert Linton Ed., *The Science of Man in the World Crisis*, New York, Columbia Press, pp. 347-372.